



## **EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS**

### **CROSS-CULTURAL EDUCATION: THEORETICAL AND CONCEPTUAL ASPECTS**

**Deyvid Tenner de Souza Rizzo\***

Mestre em Educação/Universidade Federal da Grande Dourados  
Professor da Universidade Federal da Grande Dourados  
E-mail: [deyvidrizzo1@gmail.com](mailto:deyvidrizzo1@gmail.com)  
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

**Marcela Guarizo da Silva**

Mestra em Educação/Universidade Federal da Grande Dourados  
Professora da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul  
E-mail: [marcela\\_guarizo@hotmail.com](mailto:marcela_guarizo@hotmail.com)  
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

---

\*Endereço: Deyvid Tenner de Souza Rizzo

Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Educação, Sala: 34. Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, CEP: 79.825-070, Dourados/MS, Brasil

**Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho**

**Artigo recebido em 20/02/2013. Última versão recebida em 16/03/2013. Aprovado em 17/03/2013.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).**

## RESUMO

A interculturalidade se faz presente na sociedade e no campo educacional. Essa afirmativa pode ser constatada por meio dos constantes debates suscitados que abordam essa temática. Tal realidade provoca questionamentos que corroboram para reconhecimento de problemáticas relacionadas à diversidade cultural presente no mundo e, em especial, no território brasileiro, considerando a grande concentração de povos etnicamente diferenciados. Fato esse que fomenta a necessidade de se aproximar, compreender e refletir os conceitos basilares para uma educação intercultural. É nesta intenção que o texto destaca os conceitos: cultura, identidade, diversidade, diferença, interculturalidade. Para essa abordagem foram utilizadas as perspectivas de autores do campo dos estudos culturais. Considerando que as questões relacionadas aos movimentos culturais se encontram em processo de transformações, torna-se relevante constatar conceitos para situar mais adequadamente esses processos, o que implica um estudo que contribua com o esforço de compreender as diferenças, viabilizando a preservação dos direitos humanos, superando estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações, respeitando a diversidade encontrada no cenário social e escolar.

**Palavras-chave:** conceitos; identidades culturais; interculturalidade.

## ABSTRACT

Interculturality is present in society and in the educational field. This assertion can be verified by means of constant debates raised that address this theme. This reality provokes questions that corroborate recognition issues related to cultural diversity present in the world and in particular in Brazil, considering the large concentration of people ethnically differentiated. A fact that encourages the need to approach, understand and reflect the basic concepts for an intercultural education. It is this intention that the text emphasizes concepts: culture, identity, diversity, difference, interculturality. For this approach we used the perspectives of authors from the field of cultural studies. Whereas issues related to cultural movements are in the process of transformation, it is relevant to note concepts to more adequately situate these processes, which implies a study that contributes to the effort to understand the differences, enabling the preservation of human rights, overcoming stigmas, stereotypes, prejudice and discrimination, respecting the diversity found in the social and educational scenario.

**Keywords:** concepts; cultural identity; interculturality.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o homem vem transformando e adaptando suas realidades, fato que permite uma mutação indefinida e histórica nos planos econômicos, político e cultural. Em parte essas modificações são consequências do estreitamento entre as nações em dimensão planetária. Contudo, nota-se cada vez mais a existência de relações interétnicas ou interculturais (opção terminológica adotada por muitos teóricos dos estudos culturais). Essa realidade encontra-se acoplada a questões que visam amenizar preconceitos provenientes da diferença, acompanhada por uma tendência de valorização das identidades culturais e do respeito à diversidade.

Na educação não é diferente, é exigência das novas gerações o atendimento educacional voltado para a inclusão de todos e para todos. Lidar com a questão do encontro de culturas e identidades distintas no contexto educacional é um dos maiores desafios para a educação escolar pública, sob a ótica da interculturalidade e da realidade multicultural.

Nas últimas décadas surgem tendências e estudos que buscam dirimir a visão excludente da sociedade, apresentando novas metodologias para o ensino, considerando a pluralidade cultural que marca histórica e estruturalmente a sociedade brasileira. Portanto, tais estudos visam, em princípio, compreender e prover os hiatos que se abrem e se marcam entre as culturas, lacunas estas, herdadas devido o período de colonização, que foi constituído por conflitos e abusos.

Diante das novas exigências e realidades da sociedade, torna-se necessário algumas reflexões, levando-nos a repensar conceitos que abrigam esse contexto, ancorado na perspectiva dos estudos culturais, dando ênfase aos autores e pesquisadores que abordam problemas da educação contemporânea, permitindo situar a temática mais adequadamente, a partir dos significados conceituais de: cultura; identidade cultural; diversidade; diferença; hibridação e interculturalidade.

Dentre os estudiosos, destacam-se Silva (2009), Hall (2003; 2006), Bauman (2005), Bhabha (1998), Canclini (2006; 2009), Candau (2000; 2002; 2011), Abramowicz (1997; 2006) entre outros (observar referências). Para tal abordagem, utilizar-se-á metodologicamente apenas o estudo bibliográfico, visto a necessidade de uma reflexão conceitual e terminológica.

## PRINCIPAIS CONCEITOS ATINENTES À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Na tentativa de uma aproximação contextualizada, o artigo apresentará os conceitos basilares que fomentam os estudos contemporâneos no âmbito da educação intercultural, tornando-se necessário uma breve apresentação terminológica, explorando os significados e definindo o viés do estudo.

Busca-se tecer reflexões prévias acerca dos termos supracitados. Para tanto, inicia-se identificando como é concebido o termo cultura. Percebe-se que não há uma definição única para o mesmo, e que ele vem sendo configurado de diferentes formas no decorrer da história. Contudo, pretende-se reconhecer as perspectivas que podem vir a contribuir mais especificamente para a compreensão das relações humanas. Laraia (1986) ao introduzir e discutir o conceito aponta que o termo cultura é de origem inglesa *culture*, que é uma síntese resultante da junção de *colere e kultur*. *Colere* tem origem no latim, e significa cultivar, habitar, proteger, honrar com venerar, já a palavra, *kultur* provém de origem alemã, significando civilização.

Quanto a isso, nota-se que a palavra cultura foi destinada primeiramente a designar cultivo, honradez, habitação, veneração e civilização. Evidencia-se em Laraia (1986) que ao final do século XVIII e início do século XIX, o termo germânico Kultur era empregado para representar todos os aspectos espirituais de uma comunidade. “Quanto à palavra francesa Civilization referia-se especialmente às realizações materiais de um povo. Contudo ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor” (LARAIA, 1986, p. 25). Custando-lhe à abrangência “*em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana*, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos” (*ibid.*, p. 25, grifo nosso). Essa sintetização provocou um acúmulo de significado, vindo a ser alvo de crítica por muitos estudiosos.

Quanto a essa característica, Geertz (1989) afirmava sobre um “ecletismo conceitual”, pois o conceito de cultura possui uma multiplicidade de significados, muitas representações e sentidos, isso fez com que em sua obra “Interpretação das culturas” buscasse fornecer uma redução conceitual da palavra.

É justamente a essa redução do conceito de cultura a uma dimensão justa, que realmente assegure a sua importância continuada em vez de debilitá-lo, que os ensaios abaixo são dedicados e ainda esclarece seu posicionamento quanto à amplitude e utilização do conceito para substituir o famoso e todo mais complexo de E. B. Tylor, o qual, embora eu não conteste sua força criadora, parece-me ter

chegado ao ponto em que confunde muito mais do que esclarece (GEERTZ, 1989, p. 3).

Teóricos como Raymond Williams (1969) e Laraia (1986) apontam uma complexidade em se estudar e explicar o conceito, pois se trata de um termo utilizado para denominar diversos significados, aos quais muitas vezes não eram/são compatíveis a comparações. Inúmeros estudiosos tentaram delimitar o significado de cultura, vinda a surgir uma vasta literatura abordando a temática de significação de cultura. Contudo, Urquiza *et al* (2010, p. 11) destaca a cultura para alguns autores de forma reduzida, citando-os:

EDWARD TYLOR (1832-1917) - Trata-se da 1ª definição antropológica de cultura - Tomado em seu amplo sentido etnográfico, cultura é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. FRANZ BOAS - A cultura inclui todas as manifestações dos hábitos sociais de uma comunidade, as reações do indivíduo na medida em que se vê afetado pelos costumes do grupo em que vive e os produtos das atividades humanas na medida em que se vêm determinadas por estes costumes. MALINOWSKI - La cultura incluye los artefactos, bienes, procedimientos técnicos, ideas, hábitos y valores heredados. Esta herencia social es el concepto clave de la antropología cultural. LÉVI-STRAUSS - (...) A cultura não é nem simplesmente justaposta, nem tampouco superposta à vida. Em certo sentido, substitui à vida, em outro a utiliza e transforma para realizar uma síntese de uma nova ordem.

Em se tratando das teorias modernas sobre cultura, Laraia (1986) dedica um capítulo específico para abordar esse contexto, considerando em uma das abordagens a “cultura como sistemas simbólicos” (p. 64). Aponta que esta posição foi desenvolvida nos Estados Unidos por dois antropólogos, sendo eles: Clifford Geertz e David Schneider. Acompanhando o pensamento ofertado por Geertz (1989, p. 66), percebe-se que o conceito de cultura na antropologia sofre uma revisão,

vindo a ser reconhecido como padrão de significados transmitidos historicamente”, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.

Ele ainda reluta algumas concepções e aponta seu favoritismo quanto ao significado que defende e assim menciona:

O conceito de cultura que eu defendo... Acreditando, como Max Weber, que o homem é um *animal amarrado a teias de significados* que ele mesmo teceu, *assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise*; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma *ciência interpretativa*, à procura do significado (GEERTZ, 1989, p. 4, grifo nosso).

Esse autor anteriormente citado dedica a compreender essas dinâmicas, tentando entender a “fenomenologia da cultura”, buscando interpretá-las, analisando as representações

transmitidas pelos indivíduos. Neste âmbito, evidencia-se a cultura como uma rede de possibilidades, na qual ela nunca é fixa, igual, pois perpetua uma recriação, reprodução transmitida historicamente por meio dos contingentes humanos.

Em suma, Geertz (1989) aponta que a cultura “é melhor vista...como um conjunto de mecanismos de controle planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam ‘programas’) para governar o comportamento” (p. 33). Essa perspectiva se aproxima da descrita por Hall (2003), pois para ele o homem se encontra sempre imerso num processo cultural, no qual a cultura não é uma questão natural, uma questão de ser, mas de estar e intervir na sociedade e no mundo.

Quanto a isso, Bhabha (1998) conduz uma reflexão ao fato de considerar que a cultura seja resultado de uma produção incompleta, não determinada, irregular sem certezas, e ainda demonstra as distinções entre os sujeitos. Para uma melhor exposição ideológica, esse autor supracitado convida Fanon (1967) para um diálogo teórico, no qual aponta a cultura como “movimento flutuante”, melhor dizendo, produto não estável e sujeita a variações, não tendo uma “unidade ou fixidez primordial” (p.67).

Para compreender as ações e os comportamentos humanos, é necessário situar, localizar e caracterizá-los culturalmente. Isso implica interpretar e estudar sua cultura. Tarefa essa que segundo Geertz (1989) não é fácil, pois exige codificar e decodificar significados abstratos, transformando-os em descrições interpretativas por meio de situações determinantes. Essa caracterização a qual esses autores remetem pode acontecer por meio da construção de uma identidade.

Em relação à identidade, Hall (2006) afirma que ela “é a resposta que damos à pergunta: quem somos nós? No caso dos brasileiros, por exemplo, são uma mistura de afro-americanos, índios e brancos. Essa mistura proporcionou uma identidade cultural ou diversas identidades culturais” (p. 47). Neste sentido, o autor aponta que é preferível falar-se em “identidades culturais” e não “identidade cultural”, para evidenciar a pluralidade e o dinamismo das identidades culturais.

As identidades são formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, sendo definidas historicamente e não biologicamente. Assim, “é possível propor formas de unificá-las a partir da representação da cultura de ‘um único povo’, tais como, por exemplo, a etnia, termo utilizado para as características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de ‘lugar’ – que são partilhadas por um povo” (HALL, 2006, p. 62).

Segundo Silva (2009), a identidade é moldada pela cultura, pois ele tem seu sentido a partir da experiência, podendo optar entre as várias identidades possíveis. Contudo, somos confrontados por uma variedade cultural e pelas relações sociais, as quais temos que nos posicionar e tomar decisões.

Esse mesmo autor propõe que, a identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou homossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente (SILVA, 2009). Como resultado hipotético, percebe-se a impossibilidade de uma só identificação cultural.

O etnocentrismo é um modo simplista e equivocado de relacionar-se com as diversas representações das identidades culturais em uma nação. “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2003, p. 39). Esse autor aponta que as transformações são resultados das identificações coletivas. Essas identificações são denominadas por Hall (2006, p. 49, grifo nosso) como “*cultura nacional*, na qual pode ser reconhecida como sistema de representação cultural, há nela uma relação de lealdade”. Além disso:

A identidade é uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. A identidade confere diferenças aos grupos humanos. Ela se evidencia em termos da consciência da diferença e do contraste do outro. As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e diferenças sobrepostas. As culturas nacionais que antes eram traduzidas pelas tribos, pelo povo, religião e região, foram transferidas gradualmente, nas sociedades ocidentais (HALL, 2006, p. 50).

Ao analisar esses agrupamentos de identificação como “cultura”, averigua-se a existência de diferenciações linguísticas, tradicionais, administrativas e sociais. Em outras palavras, existe uma maneira própria de configuração de cada contingente cultural. Saber simplesmente a língua permite a comunicação com outros povos, porém, isso não significa que os tornem iguais a sua cultura.

[...] Como já invocamos Wittgenstein, podemos muito bem transcrevê-lo: Todavia, é importante no tocante a essa observação que um ser humano possa ser um enigma completo para outro ser humano. Aprendemos isso quando chegamos a um país estranho, com tradições inteiramente estranhas e, o que é mais, mesmo que se tenha um domínio total do idioma do país. Nós não compreendemos o povo (e não por não compreender o que eles falam entre si). Não nos podemos situar entre eles (GEERTZ, 1989, p. 9).

Além disso, Bhabha (1998) questiona a questão do simbólico imerso nas diferentes culturas e o sentido mimético da tradução<sup>1</sup>, apontando que “essa diferença no processo da linguagem que é crucial para a produção do sentido e que, ao mesmo tempo, assegura que o sentido nunca é simplesmente mimético e transparente” (p. 65). Neste ponto, supõe-se que o autor está preocupado com as questões de negociação<sup>2</sup>, alteridade e de tradução “o olhar sobre o outro”, visto as questões interpretativas da tradução. Ele ainda nomeia esse fato como sendo um *terceiro espaço*, que é o local da interpretação, tradução entre os diferentes, ao qual não pode se valer de questões empíricas ou personalizáveis, pois estaria corrompendo a tradução. Ressalta que “[...] sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente de enunciação” (*ibid.*, p. 67).

Essas questões de traduções e representações podem confirmar a premissa de que: “a cultura é pública porque o significado o é” (GEERTZ, 1989, p. 9). Logo, existem traduções e representações em consequência dos diferentes universos, ou seja, de quem é integrante e de quem as vê (olhar externo) e esse olhar é identificado neste estudo como o campo da interculturalidade, que desempenha um papel fundamental nas relações interculturais na vida em sociedade.

Na acepção de Hall (2006), existe um efeito produzido das multiplicidades de estilo, fragmentação de códigos culturais, do pluralismo cultural e da diferença. Ele tece uma reflexão sobre as identidades partilhadas, produto tanto do fluxo cultural global como do consumismo e estreitamento entre as nações. “Igualmente, a partilha da comunicação e o estreitamento entre as distâncias ocasionam uma infiltração cultural, expondo os ambientes culturais a influências externas” (*ibid.*, p. 74). De fato, essa infiltração cultural é resultante do contato e das influências interétnicas, devido à proximidade entre os diferentes. Nota-se que essa é uma característica das identidades culturais contemporâneas (transitar por mundos diferentes).

Tendo as identidades culturais a característica mutável, a quem são atribuídas às ações de transformações, adaptações e formas diversificadas de representação, as quais identificam a cultura como resultante das atividades humanas, e que podem ser transformadas por meio das relações sociais. Essas proposições apontam a concepção do pensar como sendo basicamente um ato social, que ocorre no mesmo local onde acontecem outros atos sociais,

---

<sup>1</sup> Refere-se processo de tradução e a abertura de outro lugar cultural e político de enfrentamento no cerne da representação colonial (p. 62).

<sup>2</sup> Esclarece que “com a palavra negociação tenta chamar a atenção para a estrutura de interação que embasa os movimentos políticos que tentam articular elementos antagônicos e oposicionais sem a racionalidade redentora da superação dialética ou da transcendência” (BHABHA, 2001, p. 52).



podendo desempenhar um papel construtivo. Deste modo, o pensamento e a formação ideológica dependem da coletividade e do social, e é desta forma que se mantém o aparato cultural, que é transmitido por gerações e gerações, porém de forma dinâmica, que ao decurso do tempo sofrem transformações.

Para Hall (2006, p. 11) “a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade”, portanto, a relação e o diálogo entre questões subjetivas “interiores” e externas “mundo público” podem projetar diferentes identidades culturais, ao passo que a relação entre essas identidades podem promover uma relação dinâmica com outras culturas, oportunizando transformações e novas combinações de identificação. (BAUMAN, 2005, p.19) “Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrario, ressaltadas e tornadas mais claras”. O autor ainda discute que a identidade pode ser reconfigurada e transformada por meio das ações sociais.

Tornamo-nos conscientes de que o - pertencimento e a - identidade não tem solidez de uma rocha, não são garantidos para a toda a vida, são bastante negociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age - e a determinação de se manter firme a tudo isso - são fatores cruciais tanto para o - pertencimento quanto para a - identidade (BAUMAN, 2005, p. 17).

Nota-se que a distinção entre os povos permite também uma distinção de símbolos e significados, em que “todos os povos desenvolveram estruturas simbólicas nos termos das quais as pessoas são percebidas exatamente como tais, como simples membros sem adorno da raça humana, mas como representantes de certas categorias distintas de pessoas, tipos específicos de indivíduos” (GEERTZ, 1989, p. 151).

Silva (2009, p. 81) salienta que: “identidade e diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva”. E que para se identificar as transformações culturais é necessário primeiramente compreender como elas se constituem. O autor esclarece que “*diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, “ela é homossexual”, “ela é velha”, “ela é mulher”(grifo nosso).*

Nesse sentido, do mesmo modo que a identidade é concebida, a diferença também assim o é, ou seja, ela é auto referenciada, como algo que remete a si própria. “A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe” (SILVA, 2009, p. 74). Percebe-se ainda na concepção desse autor que a “identidade é, assim, marcada pela diferença” (p. 9) e está por sua vez sustentada pela exclusão, negação e os elementos que distinguem as diferentes identidades que são representadas por meio de incompatibilidade, ou melhor, sou aquilo que o outro não é. Desta forma, constata-se que as identidades são marcadas por meios de símbolos e que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência.

Somente em um contexto de classificação e diferenciação que é possível distinguir similaridades e diferenças, pois só posso afirmar que sou algo, quando outro não o é. “Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. “Sou brasileiro” - ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros” (SILVA, 2009, p. 75).

Contudo, Santos (2006) aponta não “existir superioridade ou inferioridade de culturas ou traços culturais de modo absoluto, não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outras” (p. 16). Na verdade, o que existe são “processos históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas” (p. 17).

Requerendo fundamentos para uma reflexão sobre igualdade e diferença, que possibilitam o surgimento do que se identifica como diversidade, Canclini<sup>3</sup> (2009) destaca as diferenças provenientes de aspectos econômicos. “Em suma: há “diferenças” de caráter étnico, linguístico, de gênero, de idade, que não necessariamente estão condicionadas pela desigualdade e há outras diferenças provocadas pela “desigualdade” nas interações entre diferentes” (p.145). No entanto, serão abordadas as diferenças no aspecto étnico.

Candau (2002, p. 19) salienta que não se deve “contrapor igualdade a diferença. De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade, e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o ‘mesmo’, à mesmice”.

A diversidade cultural nos faz pensar e intervir nas diversas formas de assimetria e de dominação que perduram e se renovam nas contemporâneas formas de neutralização, funcionalização e destruição do que por meio da “alteridade” tira o nosso chão e desestabiliza as nossas habituais políticas culturais (BARBERO<sup>4</sup>, 2009, p. 154).

Bhabha (1998) pontua que a batalha ideológica, em que se destacam a negociação política, na qual o hibridismo é uma necessidade histórica, apontando a concepção de Hall (2006) sobre imagem simbólica e de identidades fragmentárias que representam o par hegemonia/contra hegemonia. Bhabha (1998) salienta a luta, como luta de identificação ou guerra de posições e discute os movimentos sociais diferenciados, no qual indaga quanto à questão de sujeitos divididos, apontando as formas de divisão de identidades ou

---

<sup>3</sup> In Revista Observatório Itaú Cultural “Trânsitos Intermediáticos e Diversidade Cultural” de Geane Alzamora, Renata Alencar e Tailze Melo faz menções a CANCLINI, Néstor García. Diferentes, desiguais e desconectados. Trad. Luís Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

<sup>4</sup> In Revista Observatório Itaú Cultural, Desafios Políticos da Diversidade, 2009, Jesús Martín-Barbero. Professor e fundador do departamento de ciências da comunicação da Universidad del Valle, na Colômbia. Pesquisador de comunicação e cultura e um dos expoentes nos estudos culturais contemporâneos.

identificações. Reconhece o efeito da diferença cultural, considerando um abismo entre a alteridade e a diferença, direcionando algumas reflexões quanto aos apontamentos de Derrida, autor esse que também se destaca na abordagem de Hall. Que ao discutir sobre os aspectos simbólicos e de significação, aponta que a:

Noção derridiana de *differance* - uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também places de passage, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial a cultura. Mas num movimento profundamente contra intuitivo, a linguística moderna pós-saussuriana insiste que o significado não pode ser fixado definitivamente. Sempre há o "deslize" inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura, enquanto aquilo que parece fixo continua a ser dialogicamente reapropriado. (HALL, 2003, p. 33)

Alguns autores como Bhabha (1998) e Silva (2009) não são favoráveis à utilização do termo diversidade e sim diferença. Porém, recorrem-se a Candau (2002), que esclarece alguns apontamentos de Gimeno Sacristán (2001), utilizando os termos *diversidade e diferença* como praticamente sinônimos. E relata que muitos autores e profissionais de educação também assumem esta posição, sendo que:

no âmbito do multiculturalismo e dos *estudos culturais* se discute esta questão. Vários autores assumem com Silva (2000) a diferenciação entre eles". Nesta perspectiva, diversidade se emprega mais para constatar uma realidade, por exemplo, a diversidade cultural presente na nossa sociedade. Quanto ao termo diferença, considera-se que enfatiza "o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo, com relações de poder e autoridade" (CANDAU, 2002, p. 44-45, grifo nosso).

Para uma melhor exploração da discussão, recorre-se neste estudo a Abramowicz (2006) para esclarecer o posicionamento apresentado, ou seja, "diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança" (p. 12).

Verifica-se que ao falar de diversidade, implica dizer sobre classificações e identificações de diferença. Portanto, diversidade caminha em paralelo com as diferentes representações humanas. As diversas formas sociais e suas particularidades permitem a relação entre o igual e o diferente e uma reflexão sobre a questão subjetiva e de alteridade: "olhar sobre o outro e sobre si" mencionado por diversos estudiosos, de variadas formas.

Todavia, mesmo apresentando oposições conceituais quanto aos termos "diferença e diversidade", é relevante esclarecer que o estudo permanece na perspectiva dos estudos culturais, tendo Hall (2006), Bhabha (1998) e Silva (2009) como autores fundamentais para o sua elaboração, afinal não ter fixidez é uma das características do contexto dos "estudos

culturais”. Logo, são de grande valia as contribuições dos autores citados para a compreensão da sociedade contemporânea.

Diante das proposições, surge a seguinte indagação: Até que ponto existe uma compatibilidade de identificação entre os indivíduos? Neste sentido, acredita-se que existam posicionamentos e ideais em comum, possibilitando reconhecimento na forma de identificação, portanto, nos contextos dos adversos, há diferença dentro da própria diferença, o que caracteriza uma multiplicidade de identificações.

Vale lembrar, porém, que, para além das diferenças individuais de caráter psicológico e da identidade cultural de classe, a perspectiva intercultural, uma das versões do multiculturalismo, propõe rever a própria noção de identidade unificada e estável, questionando o essencialismo que sustenta essa noção e favorecendo, desse modo, a crítica às diversas formas que o preconceito pode assumir na sala de aula. Opta pelo risco de assumir no cotidiano escolar a tensão entre o ideal da igualdade e as demandas pelo reconhecimento da diferença, que impõe a prática do diálogo radical e permanente (CANDAU, 2002, p.14).

Completando esse questionamento, Geertz (1989) aponta que “as relações gerais entre diferentes ordens de conceptualização cultural e que se ocultam de nós quando olhamos apenas para nosso próprio arcabouço, demasiado familiar para a identificação, classificação e manejo dos indivíduos humanos” (p.147). Neste momento, depara-se com a denominada socialmente “Pluralidade cultural”, um ecletismo de identificações que podem ser representadas por meio de símbolos, práticas, costumes, maneiras de viver e pensar, formas de pertencimentos distintas, em que as diversas formas sociais e suas particularidades permitem a relação com o diferente.

Candau (2002) aponta que “a interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social” (p.14). Para a autora, a interculturalidade “tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade” (CANDAU, 2002, p.14). Ela ainda avalia que os processos baseados na interculturalidade “não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais (*ao contrário*), reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas pra enfrentá-los” (CANDAU, 2002, p.14, grifo nosso).

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está

orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (*ibid.*, p. 52).

Em respeito a essas questões, nota-se a busca afirmativa da democracia em todas as instâncias, sem negar as diferenças, mas de modo a conciliá-las de forma plural, o que nos remete a refletir sobre a interculturalidade presente na sociedade e que também é encontrada nas instituições escolares. É importante frisar que a interculturalidade só existe porque há um ponto de diferenciação entre o eu e o outro, desta maneira evidencia-se que ela também depende da diferença e da diversidade, é um rompimento com características homogeneizantes, em busca de um diálogo entre os distintos. É uma prática que busca superar preconceitos e estereótipos monoculturalmente introduzidos na sociedade. Logo, interculturalidade é “um espaço de negociação e de tradução, onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados” (WALSH, 2001 *apud* CANDAU, 2008, p. 53).

Recorre-se as proposições de Canclini (2009), afirmando que a interculturalidade possui uma neutralidade frente às forças dicotômicas presente em sociedades multiculturais, dando um espaço para uma aproximação sem julgamentos amparada pelo conhecimento e respeito. Complementa que interculturalidade “remete à confrontação e à mistura entre sociedades, ao que acontece quando os grupos entram em relações e intercâmbios”. (CANCLINI, 2009, p. 145).

Quanto as terminologias, ambas “implicam dois modos de produção do social: “multiculturalidade” implica aceitação do heterogêneo; “interculturalidade” implica que os diferentes se encontram em um mesmo mundo e devem conviver em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos” (CANCLINI, 2009, p. 145). Verifica-se que as manifestações interculturais são condições características da sociedade atual, de modo que os sujeitos realizam práticas interculturais, seja elas apresentadas em diferentes âmbitos. Deste modo, evidencia-se que a interculturalidade é resultado das variedades e trocas de interações culturais e essas por sua vez não são estáveis e sim susceptíveis a transformações e influências externas.

Tedeschi (2008, p.15) pontua que “não basta reconhecer a diferença, é preciso estabelecer uma relação, a inter-relação entre pessoas de culturas diferentes, para justamente permitir um entendimento recíproco, de tal forma que essa relação implique um desafio à reelaboração de cada um”.

Compreende-se que a interculturalidade não é uma forma de anular as diferenças e nem de extinguir conflitos, e sim uma ação baseada na relação entre grupos sociais e étnicos,

orientada por processos de negociações que buscam enfrentar e favorecer dinâmicas sociais, promovendo um diálogo entre os diferentes grupos e amparada na construção de uma sociedade democrática, humanizada e pluralizada articulando diversas políticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país caracterizado por sua diversidade, possui um mosaico cultural, com diferenças étnicas, políticas, sociais, morais, religiosas, linguísticas e econômicas, esses elementos proporcionam um eclético modo de viver, de relacionar-se e de ter diferentes posicionamentos e interpretações distintas. Essa dinâmica forma de pensar e de viver que torna o Brasil rico epistemologicamente, sendo o dever de cada cidadão contribuir para tornar uma nação justa e democrática, resguardando os direitos individuais. A tentativa de considerar as individualidades e as diferenças culturais, sociais e econômicas, esse é um dos desafios para escola moderna.

Contudo, no ambiente educacional há uma grande lacuna a ser preenchida, visando erradicar estigmas decorrentes do processo histórico, nas quais as relações entre os diferentes causaram transtornos e desentendimentos devido à falta de respeito às diferenças. A violência física ou psicológica é resultante do preconceito, da falta de informação, convivência, conhecimento e de respeito entre os diversos. Compreender as questões de alteridade e respeito às diferenças são requisitos basilares para uma convivência pacífica no ambiente educacional e social.

Documentos oficiais confirmam essa realidade. No que diz respeito a essa especificidade, como por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental é pautado que “para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países” (BRASIL, 1997, p. 27). Deste modo, nota-se que “as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação” (BRASIL, 1997, p. 27).

Candau (2002, p.16) afirma que “reconhecer a diferença é questionar os conceitos homogêneos, estáveis e permanentes que os excluem ou os tornam diferentes. As certezas que foram socialmente construídas devem se fragilizar e desvanecer”. Essa prática busca não extinguir as diferenças, mas favorecer as diversidades existentes.

Analisando neste aspecto, Santos (2006) propõe a compreensão de que “a diversidade também se constitui de maneiras diferentes de viver, cujas razões podem ser estudadas, contribuindo dessa forma para eliminar preconceitos e perseguições de que são vítimas de alguns grupos e categorias de pessoas” (p. 19).

Deste modo, faz-se necessário conhecer e compreender a diversidade e o contexto em que ela está inserida, tal apreensão proporcionará o reconhecimento das diferenças existentes entre os variados grupos humanos, na busca por uma convivência social democrática amparada no respeito mútuo, e isso é uma necessidade no cenário educacional. O estigma de uma sociedade padronizada já não é mais admissível. Evidencia-se que paradigmas como esses estão sendo desconstruídos e que a sociedade está cada vez mais resistente quanto a essas questões homogeneizadoras.

Reconhecer as singularidades de cada grupo existente em cada localidade são formas de adequar as necessidades de cada região, visto a inúmera variedade de povos e culturas, torna-se uma tarefa impossível conhecer todos os contingentes humanos e suas singularidades, porém, buscar estudar e compreender as diferentes culturas regionais é um pré-requisito para uma boa convivência.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman. 1925, Trad. Carlos Alberto Medeiros, Jorge Zahar. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BARBERO, J. M. Desafios Políticos da Diversidade, 2009. In **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC** - n. 8 (abr./jul. 2009). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009. Quadrimestral ISSN 1981-125X Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf>: Acesso em: 10/04/2012

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonsalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 394 p.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 16/04/2011.

CANCLINI, N. G. Diferentes, desiguais e desconectados. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo. n. 8, abr./jul. 2009. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf> Acesso em: 10/04/2012.

CANDAU, M. V. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Maria Vera (Org.). **Cultura(s) e educação**: entre o crítico e pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CANDAU, M. V. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45- 185. , jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>. Acesso em: jan. 2011.

GEERTZ, C. **Interpretações das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença** - a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009. 133p.

TEDESCHI, L. A. Interculturalidade: igualdade e diferença em debate. In: TEDESCHI, L. A. et al. **Abordagens interculturais**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p. 11-21.

URQUIZA, H. A. A. (Org.) *et al.* **Marcos conceituais referentes à diversidade Sociocultural Culturas e história dos povos indígenas**, módulo 3: reconhecendo preconceitos sobre os povos indígenas. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. 58 p.